ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO E A DESIGUALDADE SOCIAL, ACASO OU DESCASO? UMA PONTE ENTRE UM E OUTRO NA OBRA SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIRO

Antonia Araújo de Sousa[1]

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca contribuir com os estudos sobre os impactos das desigualdades sociais na educação e reciprocamente, as relações étnico-raciais a partir da obra Sobre o autoritarismo brasileiro de Lilia Moritz Schwarcz, com ênfase para o capítulo intitulado Desigualdade Social.

As desigualdades sociais e o acesso à educação, as estruturas políticas, econômicas e sociais acabaram por criar as bases para o modelo educacional que seguiam as normas e valores dos grupos que as impuseram, desde o período colonial à República. Segundo Schwarcz (2019) a desigualdade social é um problema crucial, que se mantém, obtido do passado, mas produzido e reproduzido atualmente. A desigualdade se apresenta de forma tão profunda na sociedade, apresentando diversas facetas, desigualdade social, econômica e renda, racial, etc. existente no acesso à educação, moradia, transporte, saúde e lazer.

Trata-se de uma pesquisa quanto à sua natureza, básica, quanto a seu procedimento, bibliográfica, pautada numa abordagem qualitativa, com base em obras de Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas, Dermeval Saviani, Selva Guimarães Fonseca, Diana Gonçalves Vidal, Maria Helena Câmara Bastos, Luciano Mendes de Faria Filho entre outras.

Dessa forma, os elementos presentes na educação escolar, moldando a organização social nos direcionam para as observações sobre as rupturas e continuidades, as inclusões e exclusões que fazem parte da história da educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

[1] Pós-graduação *Lato Sensu* em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho da Universidade Federal do Piauí - UFPI, antonia.sousaKd@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

Nesse contexto cabe buscarmos os elementos envolvidos na história cultural, a partir do conceito proposto por Sandra Jatahy Pesavento. As tentativas de sujeição e concentração do poder perpassa a organização político-administrativa incluindo o processo de ensino/doutrinação, no que se refere ao sistema educacional do período. Dessa forma para fazer um percurso sobre tal sistema o conceito de cultura se torna necessário.

> O significado mais simples desse termo afirma que a cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente [...] (Silva; Silva, 2006, p. 85).

Com base nesse conceito, a história cultural se apresenta enquanto um aliado para compreensão do estudo proposto. Se a História Cultural apresenta ideias com ênfase para os conceitos de cultura, representação, imaginário e narrativa histórica e os significados compartilhados pelos sujeitos históricos nessa construção em sociedade, os valores e as interpretações apresentados nas narrativas sobre o sistema educacional serão o ponto de partida. Durante o período colonial no Brasil a Companhia de Jesus apresentou o plano pedagógico chamado de *Ratio Studiorum* iniciando a sistematização e institucionalização do ensino, Saviani discorre:

> O plano foi constituído por um conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino. Começava pelas regras do provincial, passava pelas do reitor, do prefeito dos estudos, dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino, chegava às regras da prova escrita, da distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e concluía com as regras das diversas academias (Saviani, 2015, p.134).

Com base no referido acima o plano trouxe um conjunto de regras, apontando para a ideia de que o objetivo seria uma educação sistematizada e as regras por si contribuiria para a uma educação organizada e satisfatória visto que caberia a cada um uma responsabilidade nessa organização. Ao abordar sobre a educação no período, a autora Elenice de Paula discorre

> Nesse contexto, a colonização não esteve limitada à posse das terras sob o domínio português, instaura-se uma educação escolar condizente com as normas e valores culturais compartilhados por esse grupo, o que contribuiu para forjar um modelo colonizador no ensino. Ou seja, na construção do pensamento e do saber (Paula, 2023, p. 2).

Essa ideia aponta para os elementos envolvidos na proposta da educação do período, longe de se ater apenas a uma educação institucionalizada, os valores de um grupo foram difundidos para moldar, influenciar comportamentos e pensamentos.

ISSN: 2358-8829

Durante o período as Reformas Pombalinas assumiram a função de apresentar um modelo para a educação após a expulsão dos jesuítas, apresentaram um sistema educacional em que o governo assumiu a responsabilidade criando instituições locais, como o Seminário de Olinda, posteriormente a Academia Militar e a Escola de Medicina, estes para o ensino superior com as escolas superiores (Brotherhood, 2024)

No período do Brasil Império (1822-1889), houve a institucionalização do ensino em três níveis (primário, secundário e superior), que foram oferecidos para a uma quantidade maior de pessoas, mas houve uma mudança significativa?

"No século XIX não havia impedimento dos negros libertos de frequentarem as escolas oficiais como havia para os escravos. Mesmo assim, a maioria permanecia excluída do processo de escolarização" (Bastos, 2016, p. 756). Se o objetivo por meio das escolas de primeiras letras era diminuir o analfabetismo, o resultado apresentado mostra o contrário. "Um indicador dessa situação é o índice de analfabetismo, em 1890, representado pela alta taxa de 85% em relação à população total do país. Em números absolutos tínhamos 12. 213.256 analfabetos para uma população de 14. 333. 915 habitantes" (Saviani, 2015, p. 140). As escolas primárias não recebiam o suporte necessário à sua organização, diante disso, resolveram fundar as Escolas Normais.

> as Escolas Normais e os grupos escolares implantados a partir da primeira década republicana em prédios, por assim dizer, suntuosos eram vitrines cujos destinatários quase não ultrapassavam os filhos das elites econômicas e culturais ligadas as oligarquias dominantes (Saviani, 2015, p. 141).

Na contemporaneidade a educação e a desigualdade social apresentam elementos que mostram o quanto a ligação entre um e outro interferem na organização social, no que se refere ao sistema educacional e suas mudanças. Considerando que os planos educacionais foram criados para fazer alterações na sociedade e estender a educação institucionalizada para grupos sociais, o processo apresentou as lacunas que permanecem em aberto.

> No Brasil, em 2025, havia 46, 6 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade que, segundo a condição de estudo e a situação de ocupação, distribuíam-se percentualmente em: 16,6 % ocupada e estudava ou se qualificava; 17,5% não ocupada e não estudava, nem se qualificava; 25,0% não ocupada e estudava ou se qualificava; e 40,8 %, ocupada e não estudava, nem se qualificava. Também foi perceptível um aumento, no mesmo período, em 3, 9 p.p. da participação na população daqueles que estavam ocupados e não estudavam, nem se qualificavam (IBGE, PNAD Contínua, 2025, p. 15).

Podemos considerar a partir dos dados que as condições de estudos de uma parcela da sociedade brasileira e suas ocupações, um número significativo de pessoas de 15 a 29

anos, demonstram a falta de equilíbrio entre trabalho e estudo. As explicações apresentadas demonstram que a escolha entre trabalho e estudo envolvem elementos que apresentam as desigualdades sociais, visto que a expressão “necessidade” se apresenta enquanto um dos maiores motivos.

> A necessidade de trabalhar (49,1%) foi o maior motivo apontado pelas pessoas de 15 a 29 anos de idade com o ensino médio completo ao superior incompleto e que não frequentavam a escola, curso técnico [...], pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, fato que se repetiu entre homens (56,8%), mulheres (40,7%) pessoas brancas (50,0%) e pretas ou pardas (48,6%). Em 14, 7% dos casos, as pessoas acreditavam já terem concluído o nível de estudo que desejavam [...] 12, 9% alegaram não ter interesse em estudar mais[...]. Realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas foram impeditivos para 14,0% das mulheres, 0,3% dos homens, 6,2% das pessoas brancas e 7,3% das pretas ou pardas (IBGE, PNAD Contínua, 2025, p. 15).

Vale considerar que a tarefa praticada por uma parcela desses grupos demonstra a que grupos sociais pertencem. Os números apresentados consideraram a quantidade de 212,7 milhões de pessoas que moram no Brasil em 2025.

> O rendimento médio mensal real domiciliar per capita também atingiu valor recorde em 2025, ao chegar a R$ 2.264, com crescimento de 6,9% frente a 2024. [...]
> A análise da distribuição de renda indica que, embora a desigualdade tenha recuado em relação aos anos anteriores à pandemia, ela segue elevada. Considerando o rendimento domiciliar per capita, em 2025, os 10% da população com os maiores rendimentos receberam, em média, 13,8 vezes mais do que os 40% com os menores rendimentos. Além disso, os 10% da população com os maiores rendimentos detinham, em 2025, 40,3% do total da massa de rendimentos domiciliares, parcela superior aos 70% da população com os menores rendimentos. (IBGE, Agência de Notícias, 2026)

A partir dos dados podemos considerar que a renda de uma parcela da população aumentou, mas a desigualdade segue. Dessa forma, a redistribuição de renda e as políticas públicas se tornam uma ferramenta poderosa, uma opção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período colonial ao imperial no Brasil as hierarquias existentes nas sociedades contribuíram para as desigualdades sociais. Ao abordar sobre a historiografia da educação no Brasil, os povos indígenas e africanos escravizados, livres e libertos são apresentados enquanto os grupos sociais diversos que se depararam e enfrentaram regras e normas estabelecidas por outros povos. No período republicano as desigualdades sociais e exclusões de direitos permanecem. A educação e as desigualdades sociais estiveram

ligadas um ao outro enquanto ferramenta da política administrativa do território.

Dermeval Saviani em sua obra História do Tempo e Tempo da História: estudos de Historiografia e História da Educação, apresenta os planos educacionais no Brasil Colônia enquanto forma de moldar os comportamentos e saberes dos povos que aqui estavam e "ensinar" aos povos indígenas sobre sua cultura europeia em detrimento dos saberes que já possuíam, visto que estes não eram aceitos pelos colonizadores que desejavam estabelecer uma relação de ordem, mando e obediência, a chamada educação jesuítica.

No período imperial a educação institucionalizada abre espaço para que a educação recebesse uma importância que até então não tinha recebido no sentido de que se tornou obrigatória e responsabilidade do governo, no entanto, a condição dos escravizados, libertos e livres já era excludente por si só. De acordo com a obra de Maria Helena Câmara Bastos, A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX)

Não havia legalmente uma proibição de crianças livres aos espaços escolares, mas as pessoas escravizadas sim, no entanto deveriam provar que eram livres, existindo a negação por parte das autoridades para a educação das crianças livres, ou seja, a educação estava presente no período, mas não se estendia a todos que precisavam, reforçando a exclusão e as desigualdades sociais existentes por meio do acesso à educação, a instrução primária.

Uma das práticas dos senhores escravagistas junto a igreja católica era ensinar fundamentos da base católica, rezar, orar, objetivando que tais grupos praticassem o que denominavam virtudes, paciência, humildade, aceitação e submissão. Elementos que envolvem a simbologia, mencionados na obra História Cultural (Pesavento) apontando para os interesses almejados por meio desses ensinamentos.

A obra História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970) (2003) dos autores Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho ao abordarem sobre o estudo da formação da História da Educação enquanto campo de atuação, apresentam um histórico da História da Educação no Brasil. Estudos e trabalhos construídos acerca da temática foram produzidos por médicos, engenheiros, advogados, educadores, etc, existindo um período de notoriedade para a temática e consequentemente para o pesquisador. "Ao mesmo tempo foi-se constituindo uma certa *identidade*, ainda que multifacetada e plural do *historiador da educação*" (Vidal; Filho, 2003, p. 37).

A obra Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados (2003) de autoria de Selva Guimarães Fonseca, reafirma as desigualdades existente na sociedade brasileira. E especifica sobre o ensino de História e o seu papel na educação na medida em que as reformas nesse componente contribui para as representações. “As mudanças operadas no ensino de história nas últimas décadas do século XX ocorreram articuladas às transformações sociais, políticas e educacionais de uma forma mais ampla[...] (Guimarães, 2003, p. 15). Os temas que eram de principal interesse do governo, as ideologias apresentadas.

A importância da educação e o ensino de História para a formação cidadã, apoiando uma educação histórica empenhada com a democracia e com a reflexão crítica sobre a realidade, comprometida com a compreensão da realidade social. Vidal e Filho (2003) reforçam a ideia ao abordar sobre a participação de pesquisadores na construção da História da educação, as ideologias, as fontes, fazendo parte de um jogo político responsável por criar memorias e esquecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período colonial ao imperial no Brasil as hierarquias existentes nas sociedades contribuíram para as desigualdades sociais. O período republicano, no início, a organização da educação pensada e colocada em prática no período imperial resultou em grande distanciamento do projeto proposto. Se o objetivo por meio das escolas de primeiras letras era diminuir o analfabetismo, o resultado apresentado mostra o contrário.

Na contemporaneidade a educação e a desigualdade social apresentam elementos que mostram o quanto a ligação entre um e outro interferem na organização social, no que se refere ao sistema educacional e suas mudanças. Dessa forma, podemos considerar que a educação ainda é a base ao qual recorrem para apresentar reformas sociais e ao mesmo tempo em que se apresentam as exclusões.

Porventura poderíamos falar sobre acaso? quando educação e desigualdade social estiveram inseridas nos projetos/ planos de reformas sociais visando objetivos claros construídos desde o Brasil Colônia e refletidos na contemporaneidade que não foram pensados ao acaso. Por acaso poderíamos discorrer sobre descaso? quando a desatenção (falta de interesse) reforçou as desigualdades sociais por meio da exclusão à educação e uma parcela da sociedade brasileira era vista enquanto mão de obra necessária.

Palavras-chave: História da educação, Exclusão, Gênero, Políticas públicas

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Câmara. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). **Cadernos de História da educação**, V.15., N. 2, P. 743-768, maio-ago. 2016.

BROTHERHOOD, Karina (Org). **História da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2024.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003.

IBGE. PNAD Contínua. **Educação 2025**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102286_informativo.pdf.Acesso em: 24 set. 2026.

IBGE**.** Agência de notícias IBGE**. Rendimento médio da população brasileira atinge R$ 3.367 em 2025.** Disponível em**:** https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-denoticias/noticias/46579-rendimento-medio-da-populacao-brasileira-atinge-r-3-367-em-2025. Acesso em: 27 set. 2026.

PAULA, Elenice de. A colonização do saber: reflexões sobre a educação no Brasil colonial. **Revista Educação em Páginas**, *[S. l.]*, v. 2, p. e12663, 2023. DOI: 10.22481/redupa.v2.12663. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/redupa/article/view/16381. Acesso em: 4 jul. 2026.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História do Tempo e Tempo da História**: estudos de Historiografia e História da Educação. Campinas: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Dermeval [et.al.] **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz**. Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves; FILHO, Luciano Mendes de Faria. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 23, N. 45, P. 37-70, 2003.